

SESSÕES DO PLENÁRIO

21ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de março de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado [Marquinho Viana, comunicando sua ausência das sessões nos dias 17, 18, 19 e 20/02/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 03, 04, 05, 06, 11, 12, 13, 17 e 25/02/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados que nos ouvem lá no cafezinho, em seus gabinetes, prometo falar tão somente no tempo que me cabe, para que não haja problema com tantos parlamentares que desejam subir a esta tribuna para se manifestar.

Nunca falei perante uma plateia tão grande de deputados numa quarta-feira, demonstrando o interesse de toda esta Casa em discutir os problemas que afligem a nossa querida Bahia.

Mas, Sr. Presidente, saúdo pela presença a única deputada, nossa decana Maria Luiza Laudano, com tamanha elegância. Seja bem-vinda, representando aqui a mulher parlamentar, engrandecendo o mês da mulher.

Mas, Sr. Presidente, travamos hoje na CPI da Telefonia uma discussão que considero por demais interessante, acerca de uma representação do Ministério Público no sentido de fazer com que as operadoras de telefonia Oi, TIM e Vivo sejam impedidas de continuar celebrando novos contratos para a venda de chips da internet móvel.

Por quê? Porque, segundo informação da própria Anatel, a quem cabe regular o setor, fiscalizar e intermediar os contatos dos serviços de telecomunicações do País, a sua representação da Bahia e de Sergipe, através do seu superintendente, disse na oitiva que tivemos há 8 dias que essas operadoras não cumprem o patamar de qualidade estabelecido pela própria Anatel na prestação de serviços.

Ora, se elas não cumprem aquilo que lhes é de obrigação, por que continuar vendendo chips da internet móvel?

As operadoras neste País tem o 5º maior mercado dentre todos, principalmente, no mundo ocidental, mas prestam um serviço de má qualidade. Entretanto, as tarifas no Brasil são vergonhosamente elevadas.

Isso cabe aos interesses da maioria dos baianos. Temos 2,04 aparelhos móveis para cada baiano, entretanto, a qualidade do serviço não é boa. E logo quando colocamos um requerimento me vem um ofício da própria Anatel, conjecturando acerca das próprias intervenções que fizeram na oitiva oficial da CPI da Telefonia, demonstrando que nesse intermédio, nessas relações existem arestas que não dizem respeito ao interesse maior da sociedade baiana, e também da sociedade brasileira.

Mas não foi só isso, Sr. Presidente, também a Anatel reconheceu que a infraestrutura do serviço de telefonia fixa em nosso País está sucateada. Vou repetir: sucateada. É por isso que o telefone fixo que não rende aquilo que rende a TV por assinatura, a telefonia móvel, a transmissão de dados da internet móvel - é o patinho feio e está sendo deixado de lado. Mas a telefonia fixa dentro das telecomunicações, em que pese à modernidade dos outros recursos, das outras formas e meios, ainda é o único meio que tem à disposição aquele que mora nos rincões mais distantes da Bahia, através do telefone público, para satisfazer as suas necessidades de se

comunicar. É assim nas mais diversas comunidades quando aquele instante da urgência, da emergência chega, e aí é preciso fazer a comunicação com as autoridades locais.

Inadvertidamente tivemos a presença de todas as operadoras. É uma dinheirama que não tem mais tamanho, mas é nesse ambiente fétido e promiscuo dessas relações, as quais o Estado brasileiro persiste e teima em manter, que este Parlamento não pode ficar calado, omisso.

Sr. Presidente, sei da sua pressa em tomar a minha palavra diante de tantos deputados que querem subir à tribuna nesta tarde memorável de tanta gente para discutir os problemas da Bahia. Portanto, eu agradeço a sua tolerância e paciência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, quero agradecer as palavras do nosso colega Joseildo Ramos. Realmente, deputado, V.Ex^a está de parabéns por fazer parte desta Comissão da Telefonia na sua Relatoria. É mesmo uma dinheirama! É uma vergonha! E o pior é que nós todos consumidores somos maltratados, pois até nas urgências, quando usamos os celulares, não estamos sendo atendidos porque caem as ligações. Acontece em áreas como Salvador, Alagoinhas, Pojuca. E existem lugares onde não pega nenhum celular. Nem da Oi nem da Vivo. Isso é um absurdo! Foi Deus que mandou em boa hora esta Comissão para que se apure tudo, para que as pessoas possam realmente ter os seus direitos como consumidoras exigidos, porque é alto o custo do serviço, mas mesmo assim ficamos sem o atendimento que merecemos.

Gostaria de dizer que ontem nós aprovamos vários projetos importantes que vêm somente trazer resultados bons para o nosso Estado. Eu fui relatora do projeto que assegura benefícios a todas as pessoas que têm insalubridade no trabalho tão dignificante de médico. Tenho uma neta médica que é pediatra e sei quanto difícil é o plantão, pois ela brinca, pega crianças no colo, mas às vezes as mães chegam apavoradas chorando. Ela dá plantão no Santo Antônio, no Hospital de Irmã Dulce, e em Lauro de Freitas.

Nos hospitais o índice de insalubridade é muito grande, porque o médico lida com pacientes contaminados e infectados. E ele está ali está exposto a tudo, apesar das vacinas. Então nos preocupamos muito porque, de qualquer maneira, todos nós temos de defender uma classe tão importante que salva vidas, porque quem salva é Deus, mas abaixo de Deus, realmente, é a medicina, os médicos e os paramédicos.

Costumo dizer também que os paramédicos e enfermeiros merecem toda atenção nossa. Os médicos operam e passam para o grupo de enfermagem. Esse grupo é que tem a responsabilidade de acompanhar o doente pós-cirurgia e aplicar a medicação na hora certa, ver como está o procedimento pós-cirúrgico, porque, se não for a enfermagem, realmente é um caos. Por isso que, às vezes, nos hospitais é

exigido a enfermeira e a técnica em enfermagem, porque a técnica colabora com a enfermagem que ajuda o médico.

Vemos que no nosso Estado o governador Jaques Wagner tem feito uma busca. Eu queria dizer que o ex-secretário da Saúde, Jorge Solla, inclusive com a nossa presidenta Dilma Rousseff, trouxe muitos médicos para atender a nossa comunidade. Sem dúvida alguma, é um passo à frente, porque em muitas clínicas e hospitais ainda faltam muitos médicos e equipe técnica de enfermagem e enfermeiras.

De maneira que sabemos, Sr. Presidente, que a melhoria está aí e cabe a todos nós darmos uma atenção especial, mais ainda, à saúde. Por que devemos voltar os nossos olhos à saúde? Porque há o convênio SUS, mas não atende, inclusive, a todos os hospitais. Quais os hospitais do Estado da Bahia, do Recôncavo, do Nordeste que têm condições de ter um especialista para cada área da medicina? Não têm, porque é um custo muito alto ainda e os hospitais não têm condições de contratar especialista para cada área médica.

Com certeza, vamos dar um passo à frente, educação e saúde são prioridades em qualquer governo e, com certeza, essas prioridades continuarão.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA(Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr^a Presidente, deputada Maria Luiza Laudano, nobres deputados presentes a esta sessão, deputado Capitão Tadeu, deputado Joseildo Ramos, hoje pela manhã tivemos a oportunidade de participar do seminário interestadual, uma atividade promovida pelo Ministério da Integração Nacional, que vai fazer isso por todos os Estados onde o Semiárido estará presente. Contamos com a presença do governador Jaques Wagner, que ali fez a assinatura de ordem de serviço de centenas de sistemas de água, obras de infraestrutura hídrica para todo o Semiárido.

De forma que esse seminário, a questão da seca para a qual há quinhentos e tantos anos a rainha já doava as suas joias, isso permanece, e a Bahia nunca deu o status devido a esse bioma tão importante. Três terços do Estado estão no Semiárido, 70% da sua área, uma população de seis milhões de homens e mulheres que vivem na caatinga, no Semiárido.

De forma que eu queria aqui parabenizar essa iniciativa, porque é uma oportunidade de trocar experiência, produzir conhecimento, de saber o que está sendo feito nas entidades de pesquisa, nos órgãos de produção científica, no sentido de que o homem dessa região, também com o seu conhecimento, com a sua experiência, na vida e na labuta do semiárido, possa elaborar, produzir novas tecnologias, equipamentos, forma de viver, de conviver com esse bioma. Porque, até então, quando prevalecia a tese de combater... Na vida não se combate, porque ali está o bioma, e o homem chega e chega depois e chega para conviver. De forma que essa iniciativa, como aconteceu hoje pela manhã, é no sentido de o homem evoluir

também na infraestrutura, para que ele possa conviver de forma digna num Estado como este.

Sabemos que existe e hoje já acontece a seca, inclusive a chamada seca urbana em áreas bastante desenvolvidas. Há uma escassez de água neste País, que detém as maiores reservas de água potável do mundo – 12% da água do mundo – mas mal distribuída. Hoje os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, Sr. Presidente, já estão quase que entrando em guerra por disputa pela água ali do Vale da Ribeira, do Rio, e é preciso que a gente discuta, informe iniciativas como essa pela manhã. Inclusive amanhã vai haver o lançamento do grupo de trabalho de agrotóxicos, de combate aos efeitos do agrotóxico, porque cada vez mais se torna mais caro tratar a água. Estragamos a água, jogamos resíduos sólidos, resíduos líquidos, tudo que é porcaria, como no caso dos agrotóxicos. Este País passou a ser o maior importador desses produtos no mundo, gerando um lucro exorbitante para poucas empresas que vendem e o fazem de forma indiscriminada. Nós sabemos que boa parte desses agrotóxicos consumido aqui hoje no Brasil são contrabandeados da China e o agricultor sem informação, no seu uso, ainda faz coquetéis, mistura diversos produtos e os transformam em um novo que ninguém sabe o que é, não existem as especificações mais, como utilizá-los, a carência que têm esses produtos. É isso que está acontecendo. Nós estamos destruindo nossos mananciais de água e cada vez mais a sociedade gasta muito mais para termos água potável.

Então, eu queria reforçar o convite para que todos os parlamentares desta Casa participem amanhã desse debate sobre a questão dos agrotóxicos e também parabenizar o governador Jaques Wagner por essa grande iniciativa que teve pela manhã no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidentes, Srs. Deputados e Deputadas, funcionários, imprensa, cidadãos, povo baiano, queria deixar esta Casa avisada do quadro em que se encontra a Segurança Pública no momento. No mês de junho do ano passado, o governador Jaques Wagner instituiu um grupo de trabalho para estudar a modernização da Polícia Militar. De junho a dezembro, esse grupo, do qual tive a honra de fazer parte, estudou com técnicos da Secretaria do governo as medidas que precisavam fazer para tornar a Polícia Militar mais moderna. Foram seis meses de estudos, propostas. Os trabalhos foram conclusos em dezembro e entregue ao governador. Registro que isso era para ter sido feito no primeiro ano da primeira gestão de Jaques Wagner, em 2007. Houve um atraso de 7 anos para fazer essa modernização, o clima durante esses 7 anos cresceu muito, criou um acirramento muito forte, e no ano passado o governador Jaques Wagner, com muito atraso, fez esse trabalho.

De qualquer forma, não estou aqui só para criticar, quero dizer que, apesar dos

7 anos de atraso, foi uma medida importante sentar e dialogar com a categoria. Portanto, ninguém está negando que houve diálogo no último semestre com a tropa da Polícia Militar.

O governador disse no final de dezembro que daria uma resposta com um projeto de lei encaminhado a esta Casa em 21 de fevereiro. Nesse dia o governo reúne as associações e diz que não conseguiu estudar a tempo e pediu um prazo até 10 de abril. Naquele momento as associações concordaram. E posteriormente, analisando a Lei Eleitoral, verificaram que só é permitido, de acordo com essa Lei Eleitoral, no seu art.73, conceder aumento salarial acima da inflação até 180 dias antes das eleições. Portanto, dia 10 de abril ficaria já dentro do prazo que não seria possível apresentar aumento acima da inflação.

A tropa se revoltou e marcou uma assembleia para o dia 21 de março. O governo mais uma vez senta com as associações, diz que existe decisão do Supremo que garante que há possibilidade de ter aumento acima da inflação, mesmo dentro dos 180 dias das eleições, e pediu para ser remarcada essa assembleia, porque no dia 10 o governo apresenta o projeto a esta Casa.

As associações remarcaram a assembleia geral para o dia 15 de abril. E esperamos nesta Casa no dia 10 o projeto de lei que vai modernizar a legislação da Polícia Militar. A tropa está inquieta, está num burburinho muito grande e esperançosa de que o governador mande um projeto para cá que, realmente, contemple as necessidades da modernização da Polícia Militar.

Quero aqui deixar os Srs. Deputados avisados de que chegará a esta Casa, possivelmente em regime de urgência, um projeto de lei que vai modernizar a legislação da Polícia Militar. Peço a todos os Srs. Deputados muita atenção a esse projeto, porque ele é decisivo para acalmar os ânimos dos policiais militares, que estão numa inquietação muito forte. A assembleia está marcada pelas associações para o dia 15 de abril e o resultado dela vai depender desse projeto. Ele que vai balizar o comportamento da tropa no dia 15 de abril.

Portanto, a Assembleia Legislativa está com a responsabilidade muito grande de receber esse projeto, agilizar a aprovação de forma que, realmente, contemple os policiais militares da ativa e da reserva e as viúvas dos policiais para que consigamos ter uma tropa tranquila.

Esse clima não poderá perdurar após 15 de abril, porque a Copa do Mundo não poderá ser afetada por um clima de insatisfação na Polícia Militar. E para não ser afetada, só dependerá desse projeto que chegará a esta Casa. Portanto, a responsabilidade do governo será compartilhada com os deputados aqui presentes. Por isso peço a atenção de cada um dos senhores.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra, por até 5 minutos, o nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Capitão Tadeu, até

complementando as informações de V.Ex^a, gostaria de somente informar para aqueles que não tomaram conhecimento porque não são da comissão, que aprovamos ontem na comissão um convite para que o secretário da Segurança Pública, o comandante da PM, o delegado-chefe e também as associações para virem para cá no dia 8.

No contato telefônico que o secretário Maurício manteve comigo, hoje, ele ponderou – e as informações que o próprio Capitão Tadeu dá agora são exatamente iguais às dele – que tem um prazo para apresentar ao Exm^o Sr. Governador esse projeto de reestruturação da PM, que é o dia 10.

A nossa intenção era convidá-lo para o dia 8. Mas, é óbvio, como ele me deu esses dados de que no dia 10 está concluído... Inclusive, há algumas demandas que estão surgindo agora, tipo o benefício para as esposas dos aposentados, pleito que não havia sido feito ao secretário à época. Então naturalmente o grupo de trabalho que ele implantou está acrescentando essas novas demandas.

Gostaria, deputado Capitão Tadeu, em nome da Oposição, de adiantar que, no que depender da Oposição na Assembleia, dispensaremos todas as formalidades necessárias para, em regime de urgência, votarmos esse projeto. A Oposição não criará nenhum obstáculo. Sabemos da importância de a Polícia Militar estar satisfeita. É um pleito efetivamente bastante antigo, não adianta falar tarde ou cedo, o importante é que o plano vai chegar. Chegando e contemplando é o que nós queremos. O que não queremos em hipótese alguma – e essa foi a idéia que tivemos na comissão, com uma sugestão minha acatada pelos demais membros – é que a Assembleia não fique omissa, como ficou quando ocorreu aquela greve da PM.

Então, temos a intenção de convidar o secretário e diversos segmentos interessados para estarmos a par e eventualmente aparmos algumas arestas necessárias.

E em função desse telefonema do secretário para mim, hoje, Capitão Tadeu, já entrei em contato – estava viajando – com o presidente da comissão, que é o deputado Temóteo Brito, e falei com o deputado Damasceno, que também estava presente no dia da reunião que assim deliberamos. E ficamos então no aguardo para marcarmos uma data. O secretário se colocou à inteira disposição para vir a esta Casa expor à comissão ou, preferencialmente, a todos parlamentares. Acho que é um motivo de interesse de todos os parlamentares.

Nós da Oposição, repito, vamos dispensar todas as formalidades necessárias para, em regime de urgência e em consenso, aprovarmos esse projeto, que naturalmente deve contemplar, já que V.Ex^a mesmo, deputado Capitão Tadeu, disse que tem participado, se participou e o plano está saindo, é porque tem a concordância de todos. Esperamos que venha dessa forma para que possamos...

(O deputado Capitão Tadeu fala fora do microfone.)

O Sr. GABAN:- Acredito que não. O secretário, pelo que senti no telefonema dele, está extremamente preocupado para que isso saia. É uma justa reivindicação e tenho a plena convicção de que isso vai ocorrer. Ele vai avisar a data entre o dia 10, que ele apresenta ao governador, e a vinda para cá. Acredito que é uma data bem razoável é dia 14, numa segunda-feira, mas previamente vou avisar a todos os

parlamentares, não só da comissão mas a todos para que participem e se inteirem, fiquem a par do que vai acontecer, porque quando vem regime de urgência temos criticado muito, nós da Oposição, porque todos os projetos vêm direto para o Plenário, mas desta vez temos interesse para atender a nossa polícia militar que esse projeto seja aprovado, então o momento de tirarmos as dúvidas é na vinda do secretário fazendo exposição para os parlamentares que assim o desejarem.

Finalizando com a tolerância de V.Ex^a, caro presidente, Bira Corôa, gostaria de parabenizar, deputado Joseildo Ramos, pela atuação, não só da comissão mas particularmente de V.Ex^a, que fez uma pontuação extremamente pertinente, um relatório hoje apresentado à comissão. É uma comissão, CPI da telefonia, que acho que os parlamentares desta Casa deveriam participar um pouco mais. É um assunto extremamente importante. Nesses 20 anos de Assembleia eu nunca vi uma CPI tão bem estruturada, os cuidados que estão tendo de pegar os elementos técnicos, os cuidados jurídicos que estão sendo tomados, todas as providências, enfim, que estão sendo tomadas para ouvirmos posteriormente as empresas envolvidas.

É um assunto em que todos devem se envolver, porque são bilhões e bilhões de reais envolvidos. Interesses inúmeros. O único interesse que não está à frente é o interesse do consumidor, que é da população da Bahia.

Por isso que é importante a presença do maior número possível de parlamentares para acompanhar esse trabalho. É uma CPI que, efetivamente, dignifica a Assembleia Legislativa da Bahia, valoriza o nosso Poder, porque está sendo feita de uma maneira diferenciada das demais CPIs.

Então, parabéns a V. Ex^a pelas sugestões que deu hoje ao presidente dessa importante CPI, que é o deputado Paulo Azi, e a todos que estão participando.

Eu tenho certeza de que, meu caro Joseildo, pela forma como os trabalhos estão sendo conduzidos, pela primeira vez uma CPI aqui na Assembleia Legislativa vai trazer o resultado que a população espera.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, antes de manifestar a minha questão de ordem, gostaria, mais uma vez, como fiz há pouco tempo, de lembrar aos nobres pares desta Casa que estamos enfrentando e caminhando uma demanda histórica aqui no Estado da Bahia, comungando com vários movimentos sociais de quatro territórios de identidade: o território do Litoral Norte, no agreste baiano, onde temos Alagoinhas como a principal cidade; o Semiárido do Nordeste II, região de Ribeira do Pombal e adjacências; o Território do Sisal e o Território do Jacuípe.

Esses quatro territórios já há algum tempo vêm demandando a implantação de uma universidade federal. E pouco tempo atrás celebramos a união dessas tentativas, unificando essas lutas e dinamizando a discussão nos mais diversos municípios, com a presença maciça do poderes constituídos, dos movimentos sociais, de lideranças de

74 municípios, com uma população de aproximadamente 1 milhão e setecentos mil habitantes. Exatamente no maior vazio territorial que nós temos sem a presença de uma instituição pública de ensino superior de qualidade e federal.

É importante que todos nos debrucemos sobre esse tema. Eu solicitei uma audiência pública, que já foi votada na Comissão de Educação desta Casa e deverá acontecer no próximo dia 23 de abril, quando teremos aqui a representação de quase a totalidade dessas municipalidades de que falei há pouco. Deveremos ter a presença aqui dos quatro ou cinco reitores das universidades federais que recentemente foram implantadas em nosso Estado.

Eu estou falando de uma instituição de ensino superior que possa vir a trazer luzes, a reunir os saberes centenários que estão sem sistematização nesses territórios, que estude a nossa caatinga antes que ela acabe, a sua fauna, a sua flora, as suas potencialidades, as expectativas e as necessidades, como disse há pouco o deputado Marcelino Galo, de que sistematizemos o conhecimento acerca da convivência normal, garantida com as vicissitudes do Semiárido baiano, que é o maior e o mais habitado que temos no Brasil e na América Latina.

Portanto, quero conclamar todos os deputados que façam parte dessa iniciativa, que não tenho dúvida de que será exitosa.

É uma iniciativa que trará os holofotes da sociedade baiana em torno deste Parlamento, que deve se ocupar de uma matéria de amplo interesse dos nossos jovens, para que a juventude tenha não só a faculdade formal próxima de onde ele reside, mora e cresce, mas também a possibilidade de ter uma universidade multicampi que contemple aqueles municípios cuja população seja menor do que 20 mil habitantes. E possam ter uma escola de aplicação em um ambiente universitário. Ou seja, um colégio universitário preparando os nossos jovens para o conhecimento tecnológico e científico, para que a Academia possa estar à frente da sua comunidade. Enfim, é a capilaridade de um ensino superior de qualidade que todos nós desejamos.

Ao repetir esta conclamação, aproveito para solicitar a V.Ex^a que observe se existe quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, chegou hoje a esta Casa o projeto de lei 20.780/2014.

No dia 19 de novembro de 2013, quando da tramitação em regime de urgência, para variar, do projeto 20.504/2013, fiz aqui um pronunciamento reclamando, no qual eu dizia: “Se existe o IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, por que o governo do Estado da Bahia, quando criou esse Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, o vinculou à Conder? Eu disse que não era bom senso, já que existia o IPAC, órgão que tem os técnicos competentes. Inclusive, eu dizia nesse pronunciamento do dia 19/11/13 que não era um projeto polêmico, poderíamos aprová-lo por consenso, desde que as atribuições fossem dadas ao IPAC.

Fico muito satisfeito, porque as críticas que fiz àquela época, quando a Bancada do governo aprovou essa matéria, hoje o governo reconhece que eu tinha

razão e manda esse projeto nº 20.780, que (Lê) “Altera dispositivos da lei nº 12.922, de 22 de novembro de 2013, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural...” E qual a modificação: “(...) Fica instituído o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica própria, de duração indeterminada, vinculado ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, com o objetivo de financiar as ações de preservação do patrimônio cultural a serem realizadas nas áreas protegidas existentes no Estado.”

Então eu fico extremamente satisfeito porque, apesar de a Assembleia, erroneamente, ter aprovado esse projeto vinculando as atribuições de preservação do patrimônio cultural do nosso Estado à Conder, agora o governo corrige o erro e vincula a quem eu havia sugerido, que é o IPAC.

Fico satisfeito e acho que o Poder Legislativo se engradece quando fazemos sugestões e o governo, mesmo reconhecendo no futuro o erro, retrocede e atende as nossas reivindicações.

Então parabeno o governador Jaques Wagner por ter reconhecido o equívoco que houve e a tempo corrigiu essa distorção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Atendendo a solicitação de verificação de quórum, constato as presenças dos deputados Gaban, Joseildo Ramos, Carlos Geilson, Adolfo Menezes, Capitão Tadeu e Bira Corôa.

Não havendo quórum regimental, dou por encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*